

XXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais

Poços de Caldas, 22 a 28 de setembro de 2018.

Excesso de peso, obesidade e educação no Brasil: uma análise a partir dos dados da pesquisa “Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico” (Vigitel), 2006-2016.

RESUMO

A pandemia da obesidade é hoje o maior desafio para as políticas públicas de saúde em todo o mundo. Atualmente, cerca de 700 milhões de pessoas são obesas. No Brasil, quase 58% dos homens e 51% das mulheres apresentam sobrepeso, e 18% dos homens e 20% das mulheres são obesos. Estudos recentes revelam uma relação positiva entre educação e obesidade para os homens e uma relação negativa entre educação e obesidade para as mulheres no Brasil. Utilizando os dados da pesquisa VIGITEL de 2006 e 2016 este estudo busca verificar se a relação entre educação e obesidade no Brasil ainda é positiva para os homens e negativa para as mulheres. Ao contrário das evidências recentes encontradas nos EUA e Europa, os resultados deste estudo mostram que a educação ainda não tem um papel protetor para os homens brasileiros no que se refere ao excesso de peso e obesidade. Em relação às mulheres, essa variável ainda é importante, pois tem um papel protetor para o ganho de peso, embora já seja possível identificar que mesmo entre as mais escolarizadas, o aumento do excesso de peso e da obesidade no período em análise foi bastante significativo.

Palavras-chave: Obesidade, Excesso de peso, Brasil, Vigitel.

Introdução

Atualmente estima-se em 700 milhões o número de pessoas obesas no mundo. Projeções realizadas para o ano de 2030 apontam para um cenário ainda mais preocupante, onde o número de obesos pode ultrapassar a barreira de 1.2 bilhões de pessoas (Popkin ET al., 2012). As explicações para a chamada pandemia da obesidade vão desde o desequilíbrio entre a ingestão e gasto de calorias pelos indivíduos, passando pelos fatores genéticos, socioeconômicos, ambientais e individuais, que podem afetar a patogênese da obesidade (Bray ET al., 2017; Castro, 2017; Smith e Smith, 2016; Le Blanc, 2016; Vilchis-Gil et al, 2015; Faghri, Stratton e Momeni, 2015; Bray e Popkin, 1998).

Dados recentes evidenciam que a pandemia da obesidade está concentrada nos países mais pobres. Cerca de 60% dos indivíduos obesos vivem atualmente em países em desenvolvimento, principalmente na América Central, Oriente Médio e nas ilhas do pacífico e caribe. Nos países mais ricos a obesidade se concentra, principalmente, entre os moradores das áreas mais pobres e degradadas das grandes cidades e nas áreas rurais. (Smith e Smith, 2016; Ng ET al. 2014; Popkin ET al., 2012).

Ao contrário de outros fatores de risco para a saúde, como o uso do tabaco e a desnutrição infantil, a incidência da obesidade está aumentando, e com isto, também aumenta a incidência de doenças como o câncer, diabetes, hipertensão, acidente vascular cerebral e doenças cardiovasculares, doenças renais crônicas, dentre outras. Tal situação faz com que a pandemia da obesidade se torne o maior desafio para as políticas públicas de saúde (Dias et al, 2017; Wannmacher, 2016; Ng ET al., 2014).

O caso brasileiro é emblemático pela rapidez com que o excesso de peso e a obesidade avançam no país. Em um curto espaço de tempo, o Brasil deixou de ser um país de subnutridos para se tornar um país de mal nutridos com excesso de peso, com um aumento consistente no diagnóstico médico de diabetes, hipertensão, doenças cardiovasculares, doenças renais e câncer (Castro, 2017; Vigitel, 2016; Malta et al, 2016; Lima et al, 2015).

Como demonstrado em estudos recentes, existe uma relação positiva entre educação e obesidade para os homens e uma relação negativa entre educação e obesidade para as mulheres no Brasil. Estes estudos reforçam a ideia de que a educação é um fator protetivo para as mulheres brasileiras em relação ao ganho de peso e não tem o mesmo impacto para os homens (Andrade et al. 2015).

Diante da importância que a obesidade tem hoje não apenas na saúde pública, como também nos mais diversos setores da vida social, este estudo tem como objetivo principal descrever a prevalência do excesso de peso e da obesidade no Brasil em 2006 e 2016, segundo o sexo e educação e verificar se a educação ainda é um fator de proteção para as mulheres, e se entre os homens, o paradoxo educação/obesidade ainda permanece. Para isso, este trabalho utilizará as informações da pesquisa “Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico” (VIGITEL) dos anos de 2006 e 2016.

Dados e metodologia

Os dados utilizados neste trabalho foram retirados da pesquisa VIGITEL, dos anos de 2006 e 2016. Esta pesquisa ocorre anualmente, desde 2006, e é coordenada pelo Ministério da Saúde, que coleta as informações via telefone. O campo é realizado nas capitais dos 26 estados brasileiros mais o Distrito Federal.

São selecionados homens e mulheres com 18 anos e mais de idade, a partir de uma amostra aleatória. Em 2006 foram coletadas informações de 54.369 indivíduos (21.294 homens e 33.075 mulheres), e em 2016 foram coletadas informações de 53.210 indivíduos (20.258 homens e 32.952 mulheres).

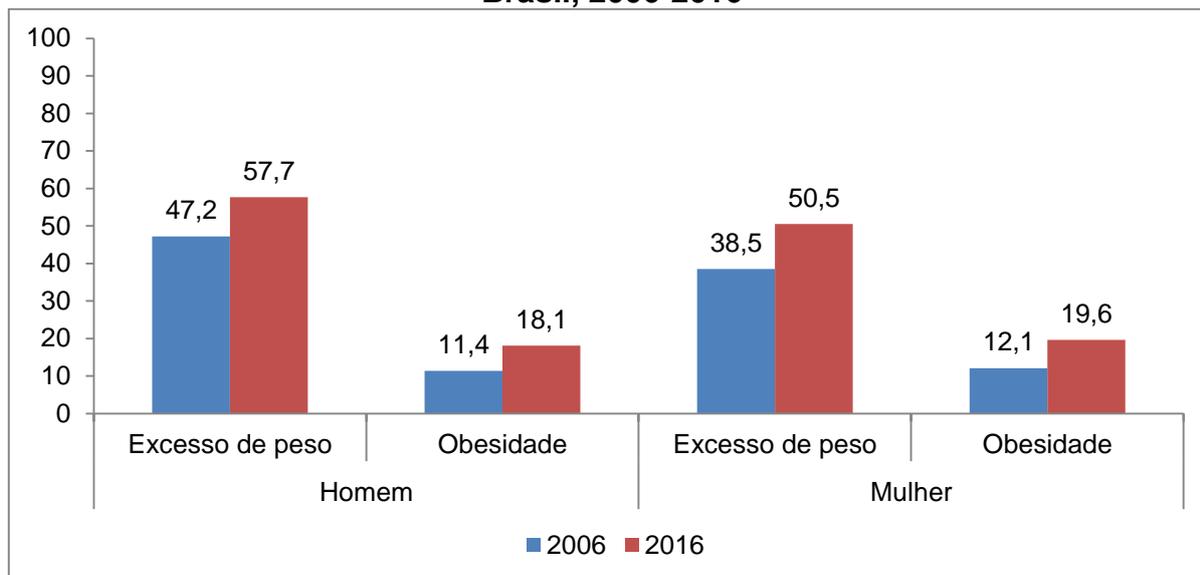
Neste trabalho foram utilizadas as variáveis IMC (excesso de peso ≥ 25 Kg/m² e obesidade ≥ 30 Kg/m²), sexo (masculino e feminino) e educação (0 a 8, 9 a 11 e 12 anos e mais de estudo) para os anos de 2006 e 2016.

Foram calculadas as prevalências do sobrepeso e obesidade, para homens e mulheres, segundo os anos de estudo.

Resultados

Os resultados da pesquisa Vigitel 2006 e 2016 mostram que no Brasil houve um aumento significativo de indivíduos com 18 anos e mais de idade com excesso de peso (43,2% para 53,8%) e obesos (11,6% para 18,9%) no período de 10 anos. Ao estratificar estes resultados segundo sexo (GRÁFICO 1), evidencia-se uma maior prevalência de sobrepeso entre os homens, tanto em 2006 quanto em 2016, e uma maior prevalência de obesidade entre as mulheres no mesmo período. Mas, apesar das diferenças entre homens e mulheres, o que chama a atenção é que no período entre 2006 e 2016, tanto o aumento da prevalência do excesso de peso quanto o aumento da prevalência da obesidade foram maiores entre as mulheres.

Gráfico 1 – Prevalência do excesso de peso e obesidade, segundo sexo, Brasil, 2006-2016



Fonte: Vigitel, 2006, 2016.

Ao desagregar os dados segundo sexo e educação para analisar a prevalência do excesso de peso (Tabela 2), são claras as diferenças entre homens e mulheres. Para as mulheres, quanto maior a escolaridade menor a prevalência do excesso de peso, fato observado tanto em 2006 quanto em 2016. Já para os homens, o comportamento é diferente. Nos dois períodos analisados, a maior prevalência é sempre entre os grupos mais escolarizados, sendo que a menor prevalência ocorre sempre no grupo de escolaridade intermediária. Um ponto que chama a atenção é entre os menos escolarizados, a prevalência de excesso de peso é sempre maior entre as mulheres.

Ainda de acordo com a Tabela 2, entre as mulheres houve um aumento significativo da prevalência de excesso de peso nos três subgrupos educacionais, sendo que entre as mais escolarizadas observou-se um crescimento de 36% no período, 13 pontos percentuais a mais ao crescimento observado entre as mulheres menos escolarizadas (23%). Para os homens com maior escolaridade o aumento da

prevalência foi bem menor no período estudado (7%), ao passo que entre os homens menos escolarizados o crescimento chegou a 20%.

Tabela 2 – Prevalência do excesso de peso, segundo sexo e anos de estudo, Brasil, 2006-2016.

Anos de estudo	Homem		Mulher	
	2006	2016	2006	2016
0-8	45,9	55,0	47,2	58,2
9-11	45,6	53,9	31,0	48,9
12+	53,4	56,9	28,4	38,7

Vigitel, 2006 e 2016.

Os dados apresentados na Tabela 3 evidenciam uma explosão da prevalência da obesidade no Brasil, em todos os subgrupos educacionais, independentemente do sexo. Em todos eles, o aumento da prevalência foi superior a 50% no período estudado, sendo que entre as mulheres com 9 a 11 anos de estudo a prevalência mais que dobrou (221%).

Entre as mulheres, ainda se percebe que quanto maior a escolaridade menor a prevalência da obesidade. Apesar do aumento da prevalência observado entre as mulheres com mais anos de estudo, a diferença entre elas com as mulheres com menos anos de estudo aumentou significativamente. Se essa diferença em 2006 era de 7.5 pontos percentuais, em 2016 a diferença alcança 13.4 pontos percentuais. Reforçando a importância da escolaridade para a prevenção da obesidade entre as mulheres.

Entre os homens se observa pequenas alterações. Nos anos de 2006 e 2016 a maior prevalência foi observada entre os menos escolarizados, sendo que os homens com escolaridade intermediária (9 a 11 anos de estudo) apresentaram as menores prevalências de obesidade. De qualquer forma, as diferenças na prevalência da obesidade entre os homens com menos anos de estudo com os homens de mais anos de estudo aumentou significativamente, passando de 0,2%

em 2006 para 1,9% em 2016, uma diferença 10 vezes maior. Esta mudança pode significar o início de uma inversão na relação entre estas duas variáveis.

Tabela 3 – Prevalência da obesidade, segundo sexo e anos de estudo, Brasil, 2006-2016.

Anos de estudo	Homem		Mulher	
	2006	2016	2006	2016
0-8	12,0	19,6	15,2	24,9
9-11	9,9	17,2	8,1	17,9
12+	11,8	17,7	7,5	11,5

Vigitel, 2006 e 2016.

Discussão

Os resultados deste trabalho confirmam a situação gravíssima que passa o Brasil em relação ao rápido ganho de peso da população (Conde e Borges, 2011). Mais de 50% da população está com excesso de peso e quase 20% estão obesos.

Como observado em estudos prévios (Ng ET al. 2014), a maior prevalência do excesso de peso ocorre entre os homens, e a obesidade é mais comum entre as mulheres, embora, no caso brasileiro, em ambos os casos a situação seja preocupante.

Ao contrário das evidências recentes encontradas nos EUA e Europa (Bockerman et al. 2017), a educação ainda não tem um papel protetor para os homens brasileiros no que se refere ao excesso de peso e obesidade. Em relação às mulheres, essa variável ainda é importante, pois tem um papel protetor para o ganho de peso, embora já seja possível identificar que mesmo entre as mais escolarizadas, o aumento do excesso de peso e da obesidade no período em análise foi bastante significativo. Ou seja, a educação pode estar perdendo força para impedir o avanço do excesso de peso e da obesidade entre as mulheres no Brasil.

Conclusão

Os resultados apresentados por este estudo são importantes porque podem auxiliar no entendimento da pandemia da obesidade no Brasil. Já é consenso que o excesso de peso da população traz consequências negativas tanto para o indivíduo quanto para a sociedade, com impactos expressivos no sistema público de saúde. Ações são demandadas pela sociedade, e a resposta do poder público parece não surtir os efeitos esperados, dado o sistemático aumento observado, ano a ano, da prevalência do sobrepeso e obesidade no Brasil.

Saber como o sobrepeso e obesidade se distribui entre os subgrupos específicos da sociedade pode possibilitar ações mais focalizadas que podem produzir resultados mais efetivos no combate à pandemia da obesidade.

Embora seja ainda um trabalho inicial, os resultados deste estudo mostram que a educação tem um papel importante no controle de peso entre as mulheres, mas pode estar perdendo a capacidade de protegê-las do ganho de peso. Ao mesmo tempo pode ser que entre os homens a educação esteja começando a influenciar na perda de peso.

Novos estudos são necessários para identificar possíveis relações entre variáveis socioeconômicas e obesidade para um melhor desenvolvimento de políticas públicas de combate a essa pandemia.

Bibliografia

ANDRADE, R.G., CHAVES, O.C., COSTA, D.A.S., ANDRADE, A.C.S., BISPO, S., et al. (2015). Excesso de peso em homens e mulheres residentes em área urbana: fatores individuais e contexto socioeconômico. **Cadernos de Saúde Pública**, 31(Suppl. 1), 148-158, 2015.

BÖCKERMAN, P., VIINIKAINEN, J., PULKKI-RÅBACK, L., HAKULINEN, C., NIINA PITKÄNEN, N., LEHTIMÄKI, T. PEHKONEN, J., RAITAKARI, O. Does higher education protect against obesity? Evidence using Mendelian randomization, **Preventive Medicine**, Volume 101, 195-198, 2017.

BRAY, G.A. KIM, J.P.H. Obesity: a chronic relapsing progressive disease process. A position statement of the World Obesity Federation. **Obesity Reviews**, 715–723, 2017.

BRAY, G.A. POPKIN, B.M. Dietary fat intake does affect obesity. **The American Journal of Clinical Nutrition**; 68, 1157-1173, 1998.

CASTRO, I.R.R. Obesidade: urge fazer avançar políticas públicas para sua prevenção e controle. **Cadernos de Saúde Pública**, 33 (7):e00100017, 2017.

CONDE, W.L., BORGES, C. The risk of incidence and persistence of obesity among Brazilian adults according to their nutritional status at the end of adolescence. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, 14(Suppl. 1), 71-79, 2011.

DIAS, P.C., HENRIQUES, P., ANJOS, L.A., BURLANDY, L. Obesidade e políticas públicas: concepções e estratégias adotadas pelo governo brasileiro. **Cadernos de Saúde Pública**, 33 (7): e00006016, 2017.

FAGHRI, P. STRATTON, K. MOMENI K. Sedentary Lifestyle, Obesity, and Aging: Implication for Prevention. **Journal of Nutritional Disorders & Therapy**, 5:e119, 2015.

LE BLANC, A. Why are children sedentary: an examination using the International Study of Childhood Obesity, Lifestyle and the Environment. **Applied Physiology, Nutrition, and Metabolism**, 41(7):790-790, 2016.

LIMA, N.P., HORTA, B.L., MOTTA, J.V.S, VALENÇA, M.S., OLIVEIRA, V.S. et al. Evolução do excesso de peso e obesidade até a idade adulta, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, 1982-2012. **Cadernos de Saúde Pública**, 31(9), 2017-2025, 2015.

MALTA, D.C., ANDRADE, S.C., CLARO, R.M., BERNAL, R.T.I., MONTEIRO, C.A. Evolução anual da prevalência de excesso de peso e obesidade em adultos nas capitais dos 16 estados brasileiros e no Distrito Federal entre 2006 e 2012. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, Suplemento PeNSE, 267-276, 2014.

NG, M. et al. Global, regional, and national prevalence of overweight and obesity in children and adults during 1980–2013: a systematic analysis for the Global Burden of Disease Study 2013 **The Lancet** , Volume 384 , Issue 9945 , 766 – 781, 2014.

POPKIN, B.M. ADAIR, L.S. NG, S.W. Global nutrition transition and the pandemic of obesity in developing countries. **Nutrition Reviews**. Jan;70(1):3-21, 2012.

SMITH, K .B. M.S, SMITH. Obesity Statistics **Primary Care: Clinics in Office Practice**, Volume 43 , Issue 1 ,121 – 135, 2016.

VIGITEL BRASIL 2016 **Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico**. Available at: http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/junho/07/vigitel_2016_jun17.pdf. >. Accessed on 6 fev.

VILCHIS-GIL J, GALVÁN-PORTILLO M, KLÜNDER-KLÜNDER M, CRUZ M, FLORES-HUERTA S. Food habits, physical activities and sedentary lifestyles of eutrophic and obese school children: a case-control study. **BMC Public Health**, 15: 124, 2015.

WANNMACHER, L. Obesidade como fator de risco para morbidade e mortalidade: evidências sobre o manejo com medidas não medicamentosas. **Uso Racional de Medicamentos: fundamentação em condutas terapêuticas e nos macroprocessos da Assistência Farmacêutica**, v. 1, n. 7, 2016.